

## Atos Oficiais

### Portarias:

**PORTARIA Nº. 32.031, DE 04 DE AGOSTO DE 2020.** REDUZIR para 20 (vinte) horas semanais a carga horária da funcionária **TALITA CARBALHO GEBIN MARTINEZ**, portadora da Cédula de Identidade RG nº 35.189.268-0 e CPF nº 327.609.918-73, Médica Pediatra, provimento efetivo, lotado na Secretaria de Saúde, contar de **27 de julho de 2020**. Processo nº. 5546/2013

**PORTARIA Nº. 32.109, DE 14 DE AGOSTO DE 2020.** REVOGAR a Portaria nº. 32.023, de 30 de julho de 2020, **AFASTAR** o funcionário **ADEMIR RODRIGUES DE SOUZA** portador da Cédula de Identidade RG nº. 22.786.070-6 e CPF nº. 172.291.538-24, Guarda Municipal, lotado na Secretaria de Segurança Urbana, para fins de participação do pleito eleitoral, a contar de 15/08/2020, pelo período de 03 (três) meses, de acordo com o disposto no artigo 1º, inciso II, da Lei Complementar nº 64/90. Processo nº. 3400/2020

**PORTARIA Nº. 32.123, DE 20 DE AGOSTO DE 2020.** TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº. 32.109, de 14 de agosto de 2020 que afastou o funcionário **ADEMIR RODRIGUES DE SOUZA**, portador da Cédula de Identidade RG nº. 22.786.070-6 e CPF nº. 172.291.538-24, para fins de participação no pleito eleitoral, pelo período de 3 (três) meses, de acordo com o disposto no artigo 1º, inciso II, da Lei complementar nº64/90. Processo nº. 3400/2020

**PORTARIA Nº. 32.030, DE 04 DE AGOSTO DE 2020.** EXONERAR, **EDNALVA APARECIDA SILVA CARDOSO**, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 10.756.006-9 e CPF nº. 035.498.058-02, do cargo de Responsável de Equipe de Atendimento ao Múncipe, regime Estatutário, provimento comissão, lotado na Secretaria de Saúde, a contar de **30 de julho de 2020**. Processo nº. 1669/2013

### Portarias IMPRERP:

**PORTARIA Nº 333, DE 1º DE SETEMBRO DE 2020.** **PATRICK PAVAN**, Superintendente do Instituto Municipal de Previdência de Ribeirão Pires, usando de suas atribuições legais, **RATIFICA** a decisão do Diretor Executivo Administrativo e Financeiro exarada nos autos do **processo 149/2019** constam, precipuamente, em concordância com o parecer jurídico nº 149/2019 (fls. 33/34) e o processo judicial nº 0004172-37.2014.8.26.0505, **CONCEDE Aposentadoria Especial** ao servidor **ANTONIO CARLOS ARAUJO COSTA**, brasileiro, divorciado, portador da cédula de identidade RG nº 15.604.778-0 SSP/SP, inscrito no CPF nº 041.479.868-62, cadastrado no PIS/PASEP sob nº 1.202.067.247-4, ocupante do cargo efetivo de Guarda Municipal, lotado na Secretaria de Segurança, a contar de **1º de setembro de 2020**.

**PORTARIA Nº 334, DE 1º DE SETEMBRO DE 2020.** **PATRICK PAVAN**, Superintendente do Instituto Municipal de Previdência de Ribeirão Pires, usando de suas atribuições legais, **RATIFICA** a decisão do Diretor Executivo Administrativo e Financeiro exarada nos autos do **processo 44/2020** constam, precipuamente, em concordância com o **Parecer Jurídico nº 26/2020** (fls. 23-25), **CONCEDE Aposentadoria por Idade** a **LOURDES DE FATIMA AMANCIO**, brasileira, separada judicialmente, portadora da cédula de identidade RG nº 21.802.285-2 SSP/SP, inscrita no CPF nº 155.938.688.67, cadastrada no PIS/PASEP sob nº 1.901.741.000-3, ocupante do cargo efetivo de Agente de Serviços Gerais, lotada na Secretaria de Saúde, com fundamento no art. 40, §1º, III, b, da CF, a contar de **1º de setembro de 2020**.

**PORTARIA Nº 335, DE 1º DE SETEMBRO DE 2020.** **PATRICK PAVAN**, Superintendente do Instituto Municipal de Previdência de Ribeirão Pires, usando de suas atribuições legais, **RATIFICA** a decisão do Diretor Executivo Administrativo e Financeiro exarada nos autos do **processo 45/2020** constam, precipuamente, em concordância com o **Parecer Jurídico nº 26/2020** (fls. 25-27), **CONCEDE Aposentadoria por Idade** a **APPARECIDA MARQUES FELIZARDO**, brasileira, casada, portadora da cédula de identidade RG nº 8.561.138-4 SSP/SP, inscrita no CPF nº 057.201.888-60, cadastrada no PIS/PASEP sob nº 1.055.710.175-9, ocupante do cargo efetivo de Professor de Desenvolvimento Infantil, lotada na Secretaria de Educação, com fundamento no art. 40, §1º, III, b, da CF, a contar de **1º de setembro de 2020**.

**PORTARIA Nº 336, DE 1º DE SETEMBRO DE 2020.** **PATRICK PAVAN**, Superintendente do Instituto Municipal de Previdência de Ribeirão Pires, usando de suas atribuições legais, **RATIFICA** a decisão do Diretor Executivo Administrativo e Financeiro exarada nos autos do **processo 41/2020** constam, precipuamente, em concordância com o **Parecer nº 28/2020** (fls. 27-28), **CONCEDE Aposentadoria Integral por Tempo de Contribuição** ao servidor **JOE LUIS DOS SANTOS**, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG nº 12.599.205-1 SSP/SP, inscrito no CPF nº 008.498.488-06 e cadastrado no PIS/PASEP sob nº 1.801.783.169-7, ocupante do cargo efetivo de Agente de Serviços Gerais, lotado na Secretaria de Desenvolvimento Regional – Ouro Fino, com fundamento no art. 40º, § 1º, III, "a" da CF, a contar de **1º de setembro de 2020**.

**PORTARIA Nº 337, DE 1º DE SETEMBRO DE 2020.** **PATRICK PAVAN**, Superintendente do Instituto Municipal de Previdência de Ribeirão Pires, usando de suas atribuições legais, **RATIFICA** a decisão do Diretor Executivo e Administrativo exarada nos autos do **processo nº processo 107/2017** constam, precipuamente, em concordância com o **Parecer Jurídico nº 107/2017** (fls. 57-58), **CONCEDE Aposentadoria por Invalidez com Proventos Integrais** à servidora **MARLY ALINDA DE JESUS REIS**, brasileira, portadora da cédula de identidade RG nº 34.230.371-5 SSP/SP, inscrita no CPF nº 643.614.036-00 e cadastrada no PIS/PASEP sob nº 1.232.539.635-7, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Enfermagem, lotada na Secretaria de Saúde, com fundamento no art. 1º da EC nº. 70/2012, a contar de **1º de setembro de 2020**.

**PORTARIA Nº 338, DE 1º DE SETEMBRO DE 2020.** **PATRICK PAVAN**, Superintendente do Instituto Municipal de Previdência de Ribeirão Pires, usando de suas atribuições legais, **RATIFICA** a decisão do Diretor Executivo Administrativo e Financeiro exarada nos autos do **processo 35/2020** constam, precipuamente, em concordância com o **Parecer Jurídico nº 23/2020** (fls. 25-27), **CONCEDE Aposentadoria por Idade** a **LIONIDIA GOMES SANTIAGO**, brasileira, viúva, portadora da cédula de identidade RG nº 5.081.269-5 SSP/SP, inscrita no CPF nº 131.675.088-41, cadastrada no PIS/PASEP sob nº 1.902.702.809-8, ocupante do cargo efetivo de Assistente Social, lotada na Secretaria de Saúde, com fundamento no art. 40, §1º, III, b, da CF, a contar de **1º de setembro de 2020**.

**PORTARIA Nº 339, DE 1º DE SETEMBRO DE 2020.** **PATRICK PAVAN**, Superintendente do Instituto Municipal de Previdência de Ribeirão Pires, usando de suas atribuições legais, **RATIFICA** a decisão do Diretor Executivo Administrativo e Financeiro exarada nos autos do **processo 39/2020** constam, precipuamente, em concordância com o **Parecer Jurídico nº 22/2020** (fls. 23-25), **CONCEDE Aposentadoria por Idade** a **MARIA VANDERLUCIA DINIZ**, brasileira, solteira, portadora da cédula de identidade RG nº 12.700.200-5 SSP/SP, inscrita no CPF nº 028.698.158-08, cadastrada no PIS/PASEP sob nº 1.063.433.271-3, ocupante do cargo efetivo de Técnica de Enfermagem, lotada na Secretaria de Saúde, com fundamento no art. 40, §1º, III, b, da CF, a contar de **1º de setembro de 2020**.

**PORTARIA Nº 340, DE 1º DE SETEMBRO DE 2020.** **PATRICK PAVAN**, Superintendente do Instituto Municipal de Previdência de Ribeirão Pires, usando de suas atribuições legais, **RATIFICA** a decisão do Diretor Executivo Administrativo e Financeiro exarada nos autos do **processo nº 36/2020** constam, precipuamente, em concordância com o **Parecer Jurídico nº 25/2020** (fls.28-30), **CONCEDE Aposentadoria Integral por Tempo de Contribuição** a servidora **MARIA DE FATIMA DA SILVA OLIVEIRA**, brasileira, viúva, portadora da cédula de identidade RG nº 60.435.504-X SSP/SP, inscrita no CPF nº 358.156.553-68 e cadastrada no PIS/PASEP sob nº 1.702.896.862-4, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Saúde Bucal, lotada na Secretaria de Saúde, com fundamento no art. 3º da E.C. 47/2005, a contar de **1º de setembro de 2020**.

**PORTARIA Nº 341, DE 1º DE SETEMBRO DE 2020.** **PATRICK PAVAN**, Superintendente do Instituto Municipal de Previdência de Ribeirão Pires, usando de suas atribuições legais, **RATIFICA** a decisão do Diretor Executivo Administrativo e Financeiro exarada nos autos do **processo nº 38/2020** constam, precipuamente, em concordância com o **Parecer Jurídico nº 24/2020** (fls.29-31), **CONCEDE Aposentadoria Integral por Tempo de Contribuição** a servidora **EDILENE AZEVEDO PIRES**, brasileira, casada, portadora da cédula de identidade RG nº 18.118.083-2 SSP/SP, inscrita no CPF nº 097.373.258-00 e cadastrada no PIS/PASEP sob nº 1.235.265.137-0, ocupante do cargo efetivo de Agente Administrativo, lotada na Secretaria de Cultura, com fundamento no art. 3º da E.C. 47/2005, a contar de **1º de setembro de 2020**.

### Edital:

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE JULGAMENTO A JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS DE INFRAÇÕES – JARI de Ribeirão Pires**, em conformidade com a Lei Municipal nº 4.337/99 faz saber que no dia 03/09/2020 às 19:00 horas na Rua João Duarte nº56, Centro– Ribeirão Pires / SP, serão julgados os recursos interpostos contra penalidades de trânsito impostas pela Secretaria de Transporte e Trânsito da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Ribeirão Pires, na seguinte ordem: 81, 82 e 83/2020. Ribeirão Pires, 01/09/2020. Adriana Araújo da Silva- **PRESIDENTE DA JARI**.

## **Resolução:**

**Resolução nº 19 de 31 de agosto de 2020**

**Institui a Política Municipal de Leitura e Escrita no Município da Estância Turística de Ribeirão Pires.**

A Secretária de Educação Flávia Regina Banwart e Silva, no uso de suas atribuições legais, considerando a Lei 6.486 de 20 de julho de 2020, institui a Política Municipal de Leitura e Escrita no Município da Estância Turística de Ribeirão Pires, Resolve:

Artigo 1º – De acordo com a Lei supracitada– Fica instituída a Política Municipal de Leitura e Escrita no Município da Estância Turística de Ribeirão Pires;

Artigo 2º – São diretrizes da Política Municipal de Leitura e Escrita:

I- A universalização do direito ao acesso ao livro, à escrita, à literatura e às bibliotecas;

II- O reconhecimento da literatura e da escrita como um direito, a fim de possibilitar a todos, por meio de políticas de estímulo à leitura, as condições para exercer plenamente a cidadania, para viver uma vida digna e para contribuir com a construção de uma sociedade mais justa e democrática;

III- A ampliação de bibliotecas públicas;

IV- Articulação com as demais políticas de estímulo à leitura, ao conhecimento, às tecnologias e ao desenvolvimento educacional, cultural e social do País;

V- O reconhecimento das cadeias criativa, produtiva, distributiva e mediadora do livro, da leitura, da escrita, da literatura e das bibliotecas como integrantes fundamentais e dinamizadoras da economia coletiva;

Artigo 3º – São objetivos da Política Municipal de Leitura e Escrita:

I- Democratizar o acesso ao livro e aos diversos suportes à leitura por meio de bibliotecas de acesso público, entre outros espaços de incentivo à leitura, de forma a ampliar os acervos físicos e digitais e as condições de acessibilidade;

II- Fomentar a formação de mediadores de leitura e fornecer ações de estímulo à leitura, por meio de formação continuada em práticas de leitura para professores, bibliotecários e agentes de leitura, entre outros agentes educativos, culturais e sociais;

III- Valorizar a leitura e o incremento de seu valor simbólico e institucional por meio de campanhas, premiações e eventos de difusão cultural do livro, da leitura, da literatura e das bibliotecas;

IV- Desenvolver a economia do livro como estímulo à produção intelectual e ao fortalecimento da economia municipal, por meio de ações de incentivo ao mercado editorial e livreiro, às feiras de livros, aos eventos literários e à aquisição de acervos físicos e digitais para bibliotecas de acesso público;

V- Promover a literatura, as humanidades e o fomento aos processos de criação, formação, pesquisa, difusão e intercâmbio literário e acadêmico no Município para autores e escritores, por meio de prêmios, intercâmbios e bolsas, entre outros mecanismos;

VI- Fortalecer institucionalmente as bibliotecas de acesso público, com qualificação de espaços, acervos, mobiliários, equipamentos, programação cultural, atividades pedagógicas, extensão comunitária, incentivo à leitura, capacitação de pessoal, digitalização de acervos, empréstimos digitais, entre outras ações;

VII- Incentivar pesquisas, estudos e o estabelecimento de indicadores relativos ao livro, à leitura, à escrita, à literatura e às bibliotecas, com vistas a fomentar a produção de conhecimento e de estatísticas como instrumentos de avaliação e qualificação das políticas públicas do setor;

VIII- Promover a formação profissional no âmbito das cadeias criativa e produtiva do livro e mediadora da leitura, por meio de ações de qualificação e capacitação sistemáticas e contínuas;

IX- Incentivar a expansão das capacidades de criação cultural e de compreensão leitora, por meio do fortalecimento de ações educativas e culturais focadas no desenvolvimento das competências de produção e interpretação de textos;

X- Instituir em espaços públicos a política de troca voluntária de livros, possibilitando desta maneira ao indivíduo que está no local, aguardando para ser atendido, a oportunidade de fácil acesso à leitura. Ademais, que seja permitida a troca de livros nos locais públicos que adotarem tal medida. A troca se dará pelo indivíduo que possuir livros de sua propriedade e que não atendam mais seu interesse pelo assunto.

Artigo 5º – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias. Ribeirão Pires, 31 de agosto de 2020.

## **Ata Reunião:**

### **CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE: ATA DA 84ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos 31 de julho de 2020 esteve reunido o Conselho Municipal de Saúde, com a presença dos membros presentes do conselho Anésio Ferreira, Alexandre Carvalho de Farias, Eduardo Gallo, Ivone de Lima Santos, José Cantídio Sousa Lima, João Gabriel Vieira, Leandro Noia Borges, Márcia B. Cavallini, Marcela Maria dos Santos, Nancy Garrido Butin, Raquel Fernanda T. Cordeiro, Roberta Patricia de Camargo; e, convidados presentes: Fabio K.Shiguemichi, Gunther Schwartz, Rogério Medeiros responsável representando a São Cristóvão Saúde. Ausentes: Juliana de Oliveira, Elisângela dos Santos, Verônica Domingues Rosa, Ricardo Nascimento Vido, Paulo Silotti, Ausências justificadas: Maria de Fátima Pereira dos Santos. A reunião teve início às 14 horas e 17 minutos com leitura da ata anterior, convocação e devido à presença do representante pela São Cristóvão Rogério de Medeiros deu início em sua fala sobre a questão do contrato e sobre as intercorrências envolvendo a médica do Hospital e Maternidade São Lucas, foi informado aos presentes que foi realizada uma reunião com a médica do Hospital e Maternidade São Lucas o secretário de saúde, membro do conselho de saúde José Cantídio. A secretaria executiva do conselho estará afastada por 14 dias. O presidente deu início a reunião informando que a prefeitura deveria apresentar ao conselho com antecedência todos os contratos feitos com verba do SUS de acordo com a Lei 3288/90 O presidente informou que no dia 18 de janeiro a São Cristóvão apresentou a proposta deles e informações referentes aos fatos ocorridos em dezembro de 2019 sobre a morte da criança, a família acredita em erro médico portanto fizeram boletim de ocorrência, enviando cópia de documentos para o conselho municipal de saúde dar entrada no Ministério Público o conselho está acompanhando. No segundo caso no mês de março ocorreu outro parto sem exames prévios a criança apresentou problemas cardíacos, sendo transferida para o hospital Mário covas. Inclusive não foi constatado antes do parto, o Hospital e Maternidade São Lucas não possuiu UTI neo natal, e onde foi esclarecido para o representante da São Cristóvão o senhor Rogério Medeiros. Os pais da criança não tiveram acompanhamento psicológico e ou Assistente social. O senhor Rogério afirma que a São Cristóvão é uma entidade filantrópica que faz a gestão da mão de obra seguindo todos os protocolos médicos. No primeiro caso, não constatou erro médico mas está sendo acompanhado pelo Conselho Regional de Medicina. Terceiro caso a mãe da criança compareceu ao hospital com apenas 02( dois ) cm de dilatação, após atendimento foi mandada embora retornando apenas no dia seguinte com dores, mas a médica justificou também que mesmo que tivesse deixado a paciente internada e no dia seguinte ela não apresentasse os quatro (04) centímetros de dilatação teria que dar alta a paciente e provavelmente a família não entenderia. No dia seguinte após exame clínico a criança não apresentou batimentos cardíacos, não houve atendimento psicológico ou assistente social para o caso. Em reunião com secretário de saúde e conselho municipal de saúde a médica ironizou o fato dizendo que o hospital não é hotel para ficar internado uma vez que a mãe apresentava dois (02 ) centímetros de dilatação no dia anterior e segundo o protocolo seria 04 (quatro )cm. Após questionamento a equipe do hospital presente na reunião em relação ao atendimento da assistente social e psicóloga. Quando informado ao senhor Rogério Medeiros da São Cristóvão ele acredita que houve falta de comunicação entre a equipe médica e os familiares. A médica informou através de uma gravação que o médico 1 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30 31 32 33 34 35 36 37 38 39 40 41 42 43 44 45 46 Conselho Municipal de Saúde da Estância Turística de Ribeirão Pires - SP legista confirma a má formação da criança. O presidente questionou como a médica tem uma informação privilegiada, porque o laudo a família vai demorar de 30 a 60 dias para sair. Ela alegou que era apenas uma outra opinião médica. O conselho contesta esta informação após autopsia do corpo. Para prevenir este tipo de situação com os pacientes sugerimos que fosse reativado as reuniões do conselho gestor do hospital e maternidade São Lucas. Sendo acordado entre a gestor do Hospital senhor Gustavo, secretário de saúde e conselho sendo aceito por todos. Foi colocado em votação da ata da reunião anterior, sem nenhuma alteração. Foi solicitado a ampliação de testes para os municípios e o secretário informou que foi realizado testes Covid 19 para todos os funcionários da saúde e que ficaria muito caro e foi solicitado uma proposta da secretaria para ampliação dos testes. Informe sobre Hospital de campanha foi colocado aos presentes que o conselho foi visitar o hospital de campanha e que será apresentado o relatório do mesmo aos membros do conselho posteriormente. Foi apresentado o parecer da prestação de contas do 1º quadrimestre de 2020. PARECER: 1-Quantidade

**Presidente do Conselho Municipal de Saúde**